

CADERNO REIVINDICATIVO

CGTP quer salário mínimo nos 426,5 euros em 2008...

A CGTP deu ontem a conhecer a sua política reivindicativa para 2008, uma espécie de caderno de encargos para o Governo que é habitualmente apresentado antes da divulgação do Orçamento do Estado. As medidas de acção que a central sindical propõe, no plano do salário mínimo, do mercado de trabalho e das políticas sociais são acompanhadas de uma avaliação dura da actualização do Executivo socialista.

A central liderada por Carvalho da Silva responsabiliza a política do Governo de Sócrates e as acções do patronato pelo agravamento das condições de vida e o acentuar das desigualdades e das injustiças sociais registadas em Portugal (ver página 28) e assinala a cumplicidade do Executivo na crescente precarização dos contratos de trabalho — que actualmente abrangem 22% dos trabalhadores assalariados.

No plano concreto das reivindicações, destaca-se o aumento do salário mínimo nacional. Apesar de o Governo se ter comprometido com

uma subida faseada do SMN para 403 euros em 2007, 450 euros em 2008 e para os 500 euros em 2011, deixou em aberto os valores para 2008 e 2010. A CGTP quer que a progressão seja de 5,8% e que o SMN se fixe este ano nos 426,5 euros, a meio caminho entre os 403 euros actuais e os 450 euros prometidos para 2009.

Ainda no campo da política de rendimentos, é preconizada uma “repartição mais equilibrada do rendimento entre o trabalho e o capital”, a garantia de “um crescimento

real dos salários” e a actualização dos escalões, abatimentos e deduções do IRS pelo menos à inflação.

O mercado de trabalho merece uma longa lista de reivindicações, desde o combate ao emprego clandestino, aos “falsos recibos verdes” e ao reforço da actividade inspectiva.

Licença de maternidade paga na íntegra

A CGTP alerta ainda para as violações “dos direitos de maternidade e paternidade” que ocorrem nos locais de trabalho, e, no plano pecuniário, quer que o Governo decrete o pagamento na íntegra da licença de maternidade. O anterior Governo, pela mão de Bação Félix, alargou a licença de maternidade de quatro para cinco meses, mas não efectuou o correspondente ajustamento em termos salariais. O que significa que, as grávidas que optem por ficar os cinco meses em casa apenas recebem 80% do salário, em vez de 100%. Saúde, educação e acesso à justiça são também abordados pela CGTP. **EM**

... e STE reivindicada actualização de 3,5% na função pública

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), que também agendou para ontem a apresentação do seu quadro de reivindicações, quer um aumento de 3,5% dos salários e das pensões dos funcionários públicos no próximo ano. A proposta parte do valor para a inflação divulgado pelo Banco de Portugal (2,3%), acrescido de participação nos ganhos de produtividade (1,2%) no contexto nacional, reposição do poder de compra, competitividade e equidade salarial com o sector privado da economia a aproximação aos valores europeus.

O presidente do STE, Bettencourt Picanço, sustentou a proposta, que é subscrita pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impositos (STI) e pelo Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (SNNDM), com o crescimento dos preços de bens essenciais acima da tabela salarial da Função Pública, que teve uma actualização de 1,5% tanto em 2006 como em 2007.

Em termos acumulados, entre 2000 e 2007, o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu mais de 10% para aqueles que tiveram um congelamento salarial em 2003/2004 e quase 7% para os restantes, adiantou o STE. No caso dos aposentados, a diminuição do poder de compra em 2007 variou entre 1% e 2,5%.

Ainda no plano reivindicativo as três estruturas sindicais propõem que o subsídio de refeição se situe nos seis euros em 2008 e exigem melhorias significativas na assistência na doença (ADSE). **LUSA**

-10%

Poder de compra

Quebra dos funcionários públicos com carreiras congeladas, entre 2000 e 2007.